

COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

Ata da Reunião Ordinária do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, realizada nos dias 19 e 20 de outubro de 2009, em Fortaleza – CE.

Atendendo convocação de seu Presidente, o Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal se reuniu, em Fortaleza – CE, nos dias 19 e 20 de outubro de 2009, no “Auditório Capitólio” no Gran Marquise Hotel, com a presença dos Procuradores-Gerais ou de seus representantes, abaixo nominados, dos seguintes Estados: **(01) Acre** (Procuradora Geral do Estado Maria de Nazareth Mello de Araújo e Procuradora do Estado Maria Lídia Soares de Assis); **(02) Amapá** (Procurador Geral do Estado Nelson Adson Almeida); **(03) Amazonas** (Procuradora do Estado Sandra Maria do Couto e Silva); **(04) Bahia** (Procurador Geral do Estado Rui Moraes Cruz); **(05) Ceará** (Procurador Geral Adjunto do Estado Francisco Antônio Nogueira Bezerra); **(06) Espírito Santo** (Procurador do Estado Maria Christina de Moraes); **(07) Goiás** (Procurador Geral Anderson Máximo de Holanda); **(08) Mato Grosso** (Procurador Geral do Estado Dorgival Veras de Carvalho); **(09) Mato Grosso do Sul** (Procurador Geral do Estado Rafael Coldibelli Francisco); **(10) Minas Gerais** (Procuradora do Estado Milena Franchini Branquinho Lima); **(11) Pará** (Procurador Geral Adjunto do Estado José Eduardo Serqueira Gomes); **(12) Paraíba** (Procurador Geral do Estado José Edísio Simões Souto); **(13) Paraná** (Procuradora do Estado Silmara Bonatto Curuchet); **(14) Pernambuco** (Corregedor Geral da Procuradoria Geral do Estado Alexandre Ato de Alencar); **(15) Piauí** (Procurador do Estado Plínio Clérton Filho); **(16) Rio de Janeiro** (Subprocurador Geral do Estado Rodrigo Mascarenhas); **(17) Rio Grande do Norte** (Procurador Geral do Estado Francisco de Sales Matos); **(18) Rio Grande do Sul** (Procurador Geral Adjunto do Estado José Guilherme Kliemann); **(19) Rondônia** (Procurador Geral Adjunto do Estado Luciano Alves de Souza Neto); **(20) Roraima** (Procurador do Estado Marcelo de Sá Mendes); **(21) Santa Catarina** (Subprocurador Geral do Estado Luiz Carlos Ely Filho); **(22) São Paulo** (Procurador Geral do Estado Marcos Fábio de Oliveira Nusdeo); **(23) Sergipe** (Procurador Geral do Estado Márcio Leite de Rezende); **(24) Tocantins** (André Luiz de Matos Gonçalves) e **(25) Distrito Federal** (Procurador Geral do Distrito Federal Marcelo Lavocat Galvão), ausentes os dos Estados do (01) Alagoas e (02) Maranhão, sob a presidência do Procurador Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, Rafael Coldibelli Francisco. **EM PAUTA: 1)** – Leitura, análise e deliberação sobre a ata da reunião extraordinária do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal realizada no Estado de Alagoas – AL, nos dias 14, 15 e 16 de maio de 2009; **2)** Multa em recurso considerado protelatório (Sandra Maria do Couto e Silva – Procuradora de Estado do Amazonas e Presidente da Câmara Técnica do CNPGEDF); **3)** Sistema normativo das receitas não tributárias com enfoque na prescrição (Sandra Maria do Couto e Silva – Procuradora de Estado do Amazonas e Presidente da Câmara Técnica do CNPGEDF); **4)** Possibilidade de custeio de um escritório de apoio do Colégio Nacional em Brasília (Sandra Maria do Couto e Silva – Procuradora de Estado do Amazonas e Presidente da Câmara Técnica do CNPGEDF); **5)** Ação referente ao teto remuneratório do Estado de Minas Gerais (exposição pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul); **6)** Execução Fiscal – desdobramento da reunião no Conselho Nacional de Justiça com a presença do Secretário Geral do CMJ – Rubens Curado Silveira – Juiz do Trabalho; **7)** Integração das Consultorias das Procuradorias Gerais dos Estados – Google Appliance (exposição pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul); **8)** A experiência do Estado do Paraná em relação aos contratos com as empresas terceirizadas (Júlio Zem – Procurador do Estado do Paraná); **9)** Propostas de Emendas Constitucionais de interesse

COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

das Procuradorias Gerais (Ronald Christian Alves Bicca – Procurador do Estado de Goiás – Presidente da Anape); **10)** Decisões do STF sobre aposentadoria especial (exposição pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul); **11)** Proposta de Organização da Administração Pública e das Relações com Entes de Colaboração – Comissão de Juristas (expositor Paulo Modesto – Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público; **12)** Reciprocidade no cumprimento do Termo de Cooperação Técnica firmado entre as Procuradorias Gerais; **13)** Outros assuntos de interesse geral. **ABERTURA:** Às 10h00min do dia 19/10 foi dado início à reunião ordinária do Colégio Nacional de Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal. O presidente declarou aberta a sessão saudando a todos e passou a palavra e condução ao Procurador Geral Adjunto do Estado do Ceará, anfitrião desta reunião que, como de costume que deu as boas vindas aos presentes e após, retornou-se a condução dos trabalhos ao Presidente do Colégio que anunciou o **item 01 da pauta:** Feita a leitura da ata da última reunião, não havendo ressalvas, deliberou-se, por unanimidade, pela aprovação da ata. **Item 02 da pauta:** Sandra Maria do Couto e Silva – Procuradora de Estado do Amazonas e Presidente da Câmara Técnica do CNPGEF com auxílio do Procurador do Estado de Roraima – Marcelo de Sá Mendes explanou sobre a matéria demonstrando preocupação com as multas aplicadas em razão do art. 557, do CPC, citou jurisprudências do STF e a questão do depósito prévio inexigível da Fazenda Pública. Ao final, sugeriu chamar a AGU para, em conjunto, agendar audiência no STF para tentar solucionar a questão, bem como verificar a viabilidade de um Projeto de Lei ou Medida Provisória para resolver a questão. Deliberou-se que tão logo foi definido o novo Advogado Geral da União, o Colégio entraria em contato para tentar agendar a reunião no STF e que o Procurador do Estado de Roraima – Marcelo de Sá Mendes minuteria uma proposta de PL a ser trabalhado pelos Estados e pelo Distrito Federal junto aos seus representantes no Congresso. **Item 03 da pauta:** Novamente com a palavra a Presidente da Câmara Técnica Sandra Couto do Estado do Amazonas que apresentou o sistema normativo das receitas não tributárias com enfoque na prescrição dando enfoque ao sistema normativo nacional das receitas não tributárias contidas na Constituição Federal e na lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Ao final foi solicitada a disponibilização do material utilizado na exposição para ser repassado a todas as Procuradorias Gerais. **Item 04 da pauta:** O Procurador-Geral do Estado do Mato Grosso do Sul – Presidente do Colégio ressaltou a necessidade de viabilizarmos uma estrutura mínima para atuação da Câmara Técnica do CNPGEF, o que já foi discutido na última reunião extraordinária do Colégio. O Distrito Federal informou que está ampliando sua estrutura física e que, a partir do próximo ano poderá disponibilizar espaço físico para instalação da sala do Colégio Nacional de Procuradores Gerais nas dependências da PGDF. O Colégio agradeceu o espaço prometido pela Procuradoria Geral do Distrito Federal e deliberou que após definido o espaço voltaríamos a discutir a questão da estrutura a ser instalada. **Item 05 da pauta:** Passada a palavra ao do Estado do Rio Grande do Sul, Procurador Geral Adjunto do Estado do Rio Grande do Sul – José Guilherme Kliemann fez explanação geral a respeito da questão teto remuneratório, dando ênfase no Recurso Extraordinário nº 477.274, do Estado de Minas Gerais, que tem por relator o Ministro Eros Grau. Houve manifestação a respeito de sub teto por poder no âmbito estadual e do aumento de 5% concedido aos Ministros. **Item 06 da pauta:** O Presidente do Colégio fez explanação geral a respeito de executivo fiscal e as reuniões ocorridas no Conselho Nacional de Justiça objetivando encontrar alternativas que visem a agilidade e a efetividade de tais processos, agradeceu a presença do Secretário Geral do CNJ – Rubens Curado Silveira – Juiz do Trabalho passando-lhe a palavra. Após esclarecimentos sobre a intenção e atuação do Conselho Nacional de Justiça a palavra foi franqueada aos membros do Colégio Nacional

COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

que fizeram um breve relato da situação existente em cada Estado e no Distrito Federal, apresentado seus problemas e direcionamentos encontrados para minimizar o problema da quantidade de executivos fiscais e o pouco retorno na recuperação do crédito. Ao final o Presidente sugeriu que fosse verificada a possibilidade de se dar acesso as Procuradorias a família JUD (BacenJud, RenaJud e InfoJud), sendo que o Secretário Geral do CNJ ficou de verificar a possibilidade e, posteriormente, comunicar ao Colégio Nacional. **Item 07 da pauta:** Passada a palavra ao Procurador Geral Adjunto do Estado do Rio Grande do Sul – José Guilherme Kliemann manifestou pela necessidade de maior integração das consultorias das Procuradorias Gerais dos Estados e do Distrito Federal sugerindo que fosse adotado o programa Google Appliance. Após discussão do tema restou deliberado pela necessidade de levantar novas informações sobre o aplicativo, em especial a respeito de custo de implantação e necessidade de gerenciamento para, em uma próxima reunião o tema voltar para discussão. **Item 08 da pauta:** Anunciado o item 08 da pauta da reunião ordinária foi dada a palavra ao Procurador do Estado do Paraná – Júlio Zem que relatou a experiência de seu Estado em relação aos contratos com as empresas terceirizadas. Após manifestação, o expositor se comprometeu a encaminhar material utilizado para que fosse disponibilizado para todas as Procuradorias Gerais. **Item 09 da pauta:** O Presidente do Colégio Nacional agradeceu a presença de Ronald Christian Alves Bicca – Procurador do Estado de Goiás – Presidente da Anape. Passada a palavra foi feita exposição sobre as Propostas de Emendas Constitucionais de interesse das Procuradorias Gerais, dando ênfase a PEC 82. **Item 10 da pauta:** Passada a palavra ao representante do Rio Grande do Sul, o Procurador Geral Adjunto – José Guilherme Kliemann passou a expor sobre as Decisões do STF sobre aposentadoria especial evidenciando a questão que se encontra em discussão em um processo de interesse do Estado de Minas Gerais. Após esclarecimentos sobre a matéria e o posicionamento adotado por alguns Estado encerrou-se a discussão. **Item 11 da pauta:** A pedido do Procurador Geral do Estado da Bahia – Rui Moraes Cruz foi inserido na pauta a Proposta de Organização da Administração Pública e das Relações com Entes de Colaboração – Comissão de Juristas, tendo como expositor Paulo Eduardo Garrido Modesto – Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público e membro da Comissão de Juristas que apresentou a proposta ao Ministério do Planejamento. Após explanação e discussão o Presidente do Colégio agradeceu a presença do Dr. Paulo Modesto informando que o Colégio discutirá a proposta apresentada oportunamente, objetivando contribuir com o trabalho.

Item 12 da pauta: O Estado do Rio Grande do Sul solicitou a retirada de pauta do tema Reciprocidade no cumprimento do Termo de Cooperação Técnica firmado entre as Procuradorias Gerais informando que melhor detalhará a questão para deliberação em outra oportunidade.

Item 13 da pauta: Em outros assuntos de interesse geral o Presidente franqueou a palavra a todos os presentes. O Procurador Geral do Estado da Paraíba – José Edísio Simões Souto convidou o Colégio Nacional para realizar a próxima reunião extraordinária em João Pessoa – PB, no mês de fevereiro de 2010, sendo que após deliberação restou aprovado por unanimidade. O Procurador Geral do Distrito Federal – Marcelo Lovacat Galvão convidou o Colégio para se reunir em Brasília, após a reunião de João Pessoa – PB, no período em que estiver sendo comemorados os cinquenta anos de Brasília, restando também deliberado, por unanimidade, que serão compatibilizadas as datas para ser realizada reunião extraordinária em Brasília. Após o convite o Procurador Geral do Distrito Federal distribui a todos os presentes exemplares do Código de Ética da PGDF. José Roberto de Moraes – Procurador do Estado de São Paulo, convidado especial do Colégio Nacional de Procuradores Gerais dos Estados e do Distrito Federal, responsável pelo sistema

COLÉGIO NACIONAL DE PROCURADORES GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

previdenciário de São Paulo fez um breve relato de atualização sobre o andamento da PEC 12 referente aos precatórios. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foi passada a palavra ao Estado anfitrião que agradeceu a presença de todos e, em seguida, encerrou-se a reunião às 17h30min do dia 20/10/2009 e para constar lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelo Presidente do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, que deverá ser ratificada na próxima reunião extraordinária do colegiado.

Rafael Coldibelli Francisco
Procurador Geral do Estado de Mato Grosso do Sul
Presidente do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal